

**Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões****CONTRARRAZÃO :**

CONTRARRAZÃO:

Ilustríssimo (a) Senhor (a) Pregoeiro (a) da Superintendência Estadual de Licitações – SUPEL/KAPPA.

Pregão Eletrônico nº 267/2020/KAPPA/SUPEL-RO  
Processo Administrativo: 0002.125329/2019-81.

BIOCLEAR SERVIÇOS E CONSTRUÇÃO EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Folha 32 Quadra 12 Lote 1B Sala 08, Bairro Nova Marabá, Marabá, Estado do Pará, CEP 68.508-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.339.556/0001-34 e endereço eletrônico biocleanmaraba@hotmail.com, vem, respeitosamente, à presença desse r. órgão, com fundamento na Lei 10.520/02 e Lei 8666/93, apresentar suas CONTRARRAZÕES ao “Recurso” interposto pela empresa FBX SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE LIMPEZA PREDIAL LTDA e fundamentos que adiante expõe.

Foi realizado pregão eletrônico em epígrafe, para “prestação de serviços continuados de limpeza, desinfecção e conservação predial”, em que se sagrou arrematante a empresa BIOCLEAR SERVIÇOS E CONSTRUÇÃO EIRELI, ora Recorrida.

No entanto, inconformada, a empresa “FBX SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE LIMPEZA PREDIAL LTDA”, apresentou recursos contra o resultado, requerendo a inabilitação/desclassificação da empresa Recorrida.

Assim, alegou a Recorrente, em síntese, não contempla o exigido no Edital. Porém não resta qualquer razão para acolhimento da manifestação da Recorrente, modo pelo qual, apenas por desvelo ao contraditório passa-se às análises de mérito, como a seguir expõe.

**CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO**

Interposto pela empresa FBX SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE LIMPEZA PREDIAL LTDA, com base nas razões a seguir expostas;  
DOS FATOS

(1) De pronto nobre pregoeiro, equivoca-se a Recorrida, quando na fundamentação da Letra “A” do Submódulo 4.1 (Ausências Legais), constante nas planilhas de custos diz o seguinte:

A-Substituto na Cobertura de Férias:

O valor pago durante as férias do empregado já consta na remuneração (Módulo1) e que o valor pago ao empregado para fazer frente ao custo de suas férias acrescidas do terço constitucional já foram apuradas na letra B do submódulo 2.1. Férias pagas ao substituto -  $\% : ((1+1/3)/12)/12 = 0,93\%$ .

Ora, são dois custos distintos, uma vez que os custos contemplados na Letra “B” do Submódulo 2.1, tratam-se das Férias e Adicional de Férias do titular do posto, conforme determina a legislação vigente:

A Constituição Federal, em seu artigo 7º, inciso XVII, diz que o pagamento ocorre conforme preceitua o artigo 129 e o inciso I, artigo 130, do Decreto-Lei nº 5.452/43 da CLT. A provisão mensal pode ser obtida pelo cálculo do Anexo XII da IN 5/2017, para órgãos que trabalham com Conta Vinculada a soma das Férias (9.075%) + Adicional de Férias (3.025) = 12,10%. Grifa-se.

Portanto, os custos alocados na Letra “B” do Submódulo 2.1, não devem ser confundidos com a Letra “A” (Substituto na Cobertura de Férias) do Submódulo 4.1 (Ausências Legais), uma vez que o Custo contemplado no Submódulo 2.1, trata-se das Férias e Adicional de Férias do Titular do posto, e o Custo contemplado no Submódulo 4.1, trata-se do pagamento da Remuneração que a contratada vai pagar a outro empregado para substituir o Titular do Posto, durante suas férias.

Pois bem, da forma como a Recorrida alocou os custos em suas planilhas, tomando como exemplo a Planilha dos Serviços Gerais, se multiplicarmos o valor de R\$ 18,63 x 12 meses ao ano, tem-se o valor total de R\$ R\$ 223,56, ou seja, custo insuficiente para se pagar 01 (um) outro profissional durante um mês para substituir o titular do posto, onde o Salário Mensal é de R\$ 1.465,04 (um mil quatrocentos e sessenta e cinco reais e quatro centavos).

Outro exemplo; Planilha do Servente de Limpeza, se multiplicar o valor de R\$ 20,62 x 12 meses ao ano, tem-se o valor total de R\$ 247,44, ou seja, custo também insuficiente para se pagar durante um mês 01(um) outro empregado para substituir o titular do posto, durante o período de suas férias, onde o Salário Mensal, mais Periculosidade é de R\$ 1.614,43 (um mil seiscentos e quatorze reais e quarenta e três centavos).

Em todas as planilhas de custos da Recorrida, foi alocado apenas o percentual de 0,93%, cujo percentual é insuficiente para se pagar o custo de outro empregado, durante as férias do Titular do Posto.

Ora Senhor pregoeiro, a recorrente tenta duvidar da capacidade dessa comissão de licitação, sabendo-se que todos os documentos foram enviados e tempo tempestivo, conforme convocação, e atendendo todas as leis que regem as normas do edital em epígrafe, a falta de observância por parte da recorrida é uma forma frustrada de tentar confundir e tumultuar o certame;

Senão vejamos:

## CONTA VINCULADA PARA A QUITAÇÃO DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

1. As provisões realizadas pela Administração contratante para o pagamento dos encargos trabalhistas de que trata este Anexo, em relação à mão de obra das empresas contratadas para prestar serviços de forma contínua, por meio de dedicação exclusiva de mão de obra, serão destacadas do valor mensal do contrato e serão depositados pela Administração em conta vinculada, doravante, denominada conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação, aberta em nome do prestador de serviço.

1.1. A movimentação da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade contratante e será feita exclusivamente para o pagamento das obrigações a seguir:

1.1.1. O montante dos depósitos da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação será igual ao somatório dos valores das seguintes provisões:

I - 13o (décimo terceiro) salário;

II - férias e um terço constitucional de férias;

III - multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e

IV - encargos sobre férias e 13o (décimo terceiro) salário.

1.2. O órgão ou entidade contratante deverá firmar Termo de Cooperação Técnica com Instituição Financeira, cuja minuta se constituirá anexo do Edital, o qual determinará os termos para a abertura da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação e as condições de sua movimentação.

1.3. O Termo de Cooperação Técnica poderá ser ajustado às peculiaridades dos serviços, objeto do Contrato Administrativo, e/ou aos procedimentos internos da Instituição Financeira, nos termos deste Anexo.

2. A assinatura do contrato de prestação de serviços entre o órgão ou entidade contratante e a empresa vencedora do certame será precedida dos seguintes atos:

2.1. solicitação do órgão ou entidade contratante, mediante ofício, de abertura da conta-depósito vinculada-bloqueada para movimentação, conforme disposto no item 1;

2.2. assinatura, pela empresa a ser contratada, no ato da regularização da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação, de termo de autorização que permita ao órgão ou entidade contratante ter acesso aos saldos e aos extratos, e que vincule a movimentação dos valores depositados mediante autorização do órgão contratante, nos termos do Anexo IX desta Instrução Normativa.

3. O saldo da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido no respectivo Termo de Cooperação Técnica.

3.1. Eventual alteração da forma de correção da poupança prevista no item 3 deste Anexo implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

4. Os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas mencionados no subitem 1.1.1, retidos por meio da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa.

5. Os editais deverão conter expressamente as regras previstas neste Anexo e documento de autorização para a criação da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação, que deverá ser assinado pela contratada, nos termos do art. 19-A desta Instrução Normativa.

6. Os órgãos ou entidades da Administração Pública Federal poderão negociar com a Instituição Financeira, caso haja cobrança de tarifas bancárias, a isenção ou redução das referidas tarifas para abertura e movimentação da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação.

7. Os editais deverão informar aos proponentes que, em caso de cobrança de tarifa bancária para operacionalização da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.

7.1. Os recursos atinentes à cobrança de tarifa bancária para operacionalização da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação poderão ser previstos na proposta da licitante.

Decreto nº 9.507, de 2018(link is external)

"Art.6º Para a execução indireta de serviços, no âmbito dos órgãos e das entidades de que trata o art. 1º, as contratações deverão ser precedidas de planejamento e o objeto será definido de forma precisa no instrumento convocatório, no projeto básico ou no termo de referência e no contrato como exclusivamente de prestação de serviços.

(...)

Art. 8º Os contratos de que trata este decreto conterão cláusulas que:

V - prevejam, com vistas à garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra:

a) que os valores destinados ao pagamento de férias, décimo terceiro salário, ausências legais e verbas rescisórias dos empregados da contratada que participarem da execução dos serviços contratados serão efetuados pela contratante à contratada somente na ocorrência do fato gerador; ou

b) que os valores destinados ao pagamento das férias, décimo terceiro salário e verbas rescisórias dos empregados da contratada que participarem da execução dos serviços contratados serão depositados pela contratante em conta vinculada específica, aberta em nome da contratada, e com movimentação autorizada pela contratante;"

Assim exposto, nobre pregoeiro, esta mais do que claro e de forma sucinta que a empresa BIOCLEAN SERVIÇOS E CONSTRUÇÃO EIRELI, seguiu todas as regras editalícias e Leis que regem as licitações nas administrações públicas.

Dessa forma, a empresa ora recorrida, cumpriu rigorosamente com todas as etapas das planilhas de custos e formação de preços.

Sabendo-se nobre pregoeiro que, esse conceituado órgão optou pelo pagamento de CONTA VINCULADA ( CV), conforme instrução normativa.

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS IN 5/17 + IN 7/18  
MODELO PARA A CONSOLIDAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS  
Com ajustes após publicação da Lei nº 13.467/17; IN 5/17 e IN 7/18

Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação.  
Submódulo 4.1 - Ausências Legais

A- Substituto na cobertura de Férias

(Deve constar o percentual da provisão, mas só será pago se o contrato for prorrogado

1º ANO:

$((1+1/3)/12)/12 = 0,93\%$  (CV)

$(1/12)$  ou 8,33% (PFG)

NA PRORROGAÇÃO:

$((1+1/3)/12)/12 = 0,93\%$  (CV)

$(1/12)$  ou 8,33% (PFG)

B- Substituto na cobertura de Ausências Legais

0,28% - COMPROVAR

C- Substituto na cobertura de Licença-Paternidades

0,04 % A 0,08% - COMPROVAR

D- Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho

0,27 % - comprovar

E- Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade

0,03 % - COMPROVAR

F- Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)

Assim exposto, nobre pregoeiro, todas as composições de preções estão seguindo todas as normas da IN 5/17 + IN 7/18

Quanto a certidão de falência e concordata

O outro ponto manifestado por esta Recorrente na intenção foi pelo fato da certidão de Falência e Concordata anexada ao sistema, está vencida na data da habilitação, em desacordo com o subitem 15.1.1.2 do Edital, portanto, a empresa Recorrida não poderia ser habilitada no presente certame.

Mais uma vez Senhor pregoeiro, a recorrente tenta duvidar da capacidade dessa comissão de licitação, sabendo-se que todos os documentos foram enviados e tempo tempestivo, inserido no sistema do comprasnet e, não poderão ser anexado posteriormente conforme decreto, conforme convocação, e atendendo todas as leis que regem as normas do edital em epigrafe, a falta de observância por parte da recorrida é uma forma frustrada de tentar confundir mais uma vez, sabendo se que todo, senão vejamos;

Decreto 10.024/19

Envio Antecipado dos Documentos de Habilitação

Anteriormente, quando se participava do pregão eletrônico, primeiro a empresa cadastrava a proposta – sendo que o envio da documentação de habilitação ocorria apenas após encerrada a etapa de lances, quando convocado pelo Pregoeiro.

Agora, a empresa já deve anexar no sistema toda documentação de habilitação, junto com a proposta, que também deve ir na sua versão escrita como anexo de proposta.

Isso mesmo: os documentos já estarão no sistema. Então, o Pregoeiro, ao verificar o vencedor, já terá a documentação disponível para sua análise.

Em caso de inabilitação, o Pregoeiro convoca o segundo colocado e, automaticamente, analisa sua documentação, que já estará no sistema.

Isso facilita o processo licitatório e agiliza o trâmite, pois elimina os prazos para envio de documentos. Além disso, também confere maior tranquilidade aos licitantes, que não correm o risco de perder prazo de convocação para envio de documentos.

Vale lembrar que os documentos de habilitação e anexos de proposta apenas ficam disponíveis para o Pregoeiro após a etapa de lances, o que não compromete o sigilo das propostas e nem identifica o licitante no sistema.

Dessa forma, o nobre pregoeiro, já fez sua análise de nossa certidão de falência e concordata e, já é de seu conhecimento que no ato da inserção no sistema, nossa certidão estava em legítima validade. Sendo assim as alegações infundadas interposto pela empresa FBX SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE LIMPEZA PREDIAL LTDA não deve prosperar,

mantendo-se habilitada a empresa arrematante como a legítima vencedora do certame.

No entanto, o Recorrente insiste em espernear. Mas, para execrar seus torpes argumentos, colaciona-se jurisprudência que confirma a absoluta falta de razão do Recorrente. Chega até mesmo a ser infame e digno de repúdio o escandaloso "jus sperniandi" trazido pelo recurso da empresa FBX SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE LIMPEZA PREDIAL LTDA . Até porque, como a finalidade com que interpõe seu recurso é distorcida, porquanto não visa, de fato, apresentar nenhuma inconsistência em relação ao certame, fica claro que tão somente pretende insurgir-se contra resultado que não lhe fora favorável. Aliás, de se frisar que essa péssima e ultrajante conduta da Recorrente, não tem o condão de prosperar, graças ao bom senso da Justiça bem como das d. Comissões de Licitação, que, legalmente, não respaldam esse argumento (muito menos apóiam tal conduta perpetrada pela empresa FBX SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE LIMPEZA PREDIAL LTDA

DOS PEDIDOS DIANTE DO EXPOSTO, REQUER QUE O RECURSO APRESENTADO PELA RECORRENTE "FBX SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE LIMPEZA PREDIAL LTDA ", SEJA JULGADO TOTALMENTE IMPROCEDENTE, MANTENDO-SE A EFETIVIDADE E O RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0. 267/2020/KAPPA/SUPEL/RO , BEM COMO A ARREMATACÃO E CONTRATAÇÃO DA EMPRESA BIOCLEAN SERVIÇOS E CONSTRUÇÃO EIRELI.

MARABA/PA30 DE DEZEMBRO DE 2020.

Termos em que, P. Deferimento.

---

BIANCA DE BRITO COSTA  
CPF: 021593132-79  
BIOCLEAN SERVIÇOS E CONSTRUÇÃO EIRELI

**Voltar**